

Antonio Sérgio Gonçalves  
Isa Maria F. Rosa Guará

*“(...) a formação ilusória da auto-suficiência está sempre lá, à espreita do melhor momento para colocar-se em cena, ameaçando apagar o incômodo da precariedade humana e a dependência do sujeito ao outro (...)”*

**Joel Birman**

Uma nova realidade, mais complexa e multifacetada, tem provocado mudanças na forma como a sociedade se organiza: a articulação em parcerias e redes é um desses novos arranjos que afloraram fortemente nos últimos anos, mesclando ação da sociedade civil organizada, órgãos de governo e empresas privadas.

No histórico desmembramento da ciência ocidental, a divisão e a especialização foram se tornando condições inerentes à busca do conhecimento. Assim foram organizadas as disciplinas escolares e assim se estruturaram os organismos políticos de administração e a produção industrial e tecnológica.

Fomos educados para pensar de modo cartesiano, dividindo as dificuldades em pequenos pedaços, estudando-os detalhadamente para compreendermos seu funcionamento e sua composição. Criamos nossas instituições de ensino e pesquisa e nosso conhecimento seguindo essa lógica das especialidades e muito de nosso desenvolvimento científico se deve a esse modo de organizar e estruturar o conhecimento.

Hoje, porém, os novos desafios da vida e a própria ciência nos levam a perceber que a realidade é complexa e exige também um olhar mais amplo e global que inclui a incorporação dos fenômenos inusitados e das incertezas que não podemos superar com uma visão parcial e fragmentada dos problemas.

Apesar da orientação para o trabalho em rede ter emergido como critério importante na formulação de políticas sociais, a estrutura dos serviços públicos com as quais convivemos são as mesmas estruturas verticalizadas e compartimentalizadas que até pouco tempo atrás pareciam atender bem às demandas da vida cidadã.

Convivemos com uma confusão de referências e com a sobreposição de modelos mais hierárquicos ou mais flexíveis e percebemos, ao mesmo tempo, intenções de integração e de especialização, como é comum ocorrer em momentos de transição.

O novo modelo de rede, que supõe relações mais horizontalizadas, exige disposição para uma articulação socioeducativa que:

- abre-se para acolher a participação de várias políticas públicas setoriais;
- derruba limites de serviços que agem isoladamente;
- inclui a participação da sociedade, comunidade, famílias;
- acolhe o território onde se localizam as crianças e adolescentes.

Articular-se significa sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das idéias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum.



No entanto, tendemos, até por razões culturais, a resolver tudo a nosso modo e caminhar em nosso nicho seguro, sem interferências.

Felizmente percebemos hoje que esse é um caminho empobrecedor. Por isso, a proposta de articulação em redes deve ser ancorada numa intencionalidade clara e aberta que respeita ritmos e espaços e estabelece os pactos necessários à continuidade de cada ação.

## Demandas heterogêneas das realidades locais

Longe do caminho fácil das vias únicas, a articulação permite variados atalhos e favorece contatos em muitas direções. O movimento em direção ao outro pode trazer boas surpresas quando se descobrem recursos e apoios possíveis tão próximos e tão ignorados quando atuamos individualmente. Não há exclusividade de caminhos pois organizações e grupos podem compor-se em vários grupos diferentes entre si sem comprometer sua atuação em cada um deles.

O estágio atual da democracia possibilita igualmente uma participação maior da sociedade e do cidadão nos destinos políticos do país e, por essa via, também precisamos, cada vez mais, trabalhar em conjunto para obter melhores resultados das políticas públicas, especialmente nas áreas sociais.

A democracia obriga a coalisões. Os serviços já não são de seus agentes/trabalhadores. São de um coletivo societário. Nas democracias contemporâneas, as coalizões ganharam enorme importância para assegurar participação efetiva da sociedade como um todo; representam o canal e o espaço de construção democrática e coletiva da política pública.

A construção da política exige a participação dos atores internos da própria política pública (seus trabalhadores e gestores públicos) e atores externos (grupos da sociedade civil). Caso contrário, a própria política se enfraquece e perde em legitimidade.

A gestão pública caminha para um novo modo de ação, cada vez mais articulado, complementar e sintonizado com as demandas heterogeneas das realidades locais. A ação em rede se coloca como uma das alternativas de integração, eficácia e efetividade da gestão pública.

A busca da intersetorialidade entre as diferentes áreas do governo, otimizando espaços, serviços e competências é condição imprescindível para que as crianças e adolescentes sejam atendidos de modo integral como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Essa ação articulada entre políticas intersetoriais e intergovernamentais permite também o intercambio entre agentes sociais e, portanto, potencializa e amplia o desempenho de cada política pública de *per se*. Evita o isolamento e promove uma intervenção mais cooperativa e agregadora que permite uma visão e uma atuação mais efetiva sobre a realidade e a construção de uma teia de novos sentidos para a ação coletiva.

As conexões necessárias à articulação de políticas sociais públicas não são apenas as de ordem comunitária e territorial mas exigem a vinculação à redes temáticas e institucionais de toda a cidade.

A mobilização de parcerias e ações multisetoriais dependerá, antes de tudo, como diz Bernardo Toro(1996) da “mobilização de vontades” que possam viabilizar, apesar das dificuldades do percurso, os necessários pactos de complementaridade e de cooperação entre atores sociais, organizações, projetos e serviços.



A ação em rede exigirá uma mudança cultural na forma de relação entre comunidades locais, regionais, nacionais e entre serviços e programas de organizações governamentais e não governamentais.

O Estado, por meio das ações de suas diversas políticas públicas deve responder pela proteção social, particularmente na política da assistência social que dispõe de programas e serviços de proteção social básica ou especial, atendendo às pessoas ou grupos que se encontrem mais vulneráveis.

Contudo, a proteção social não tem se constituído tarefa simples. Historicamente, as políticas públicas organizadas setorialmente, do ponto de vista de seu alcance social, demonstraram-se insuficientes na atenção aos indivíduos e grupos socialmente vulneráveis. O fazer das políticas setoriais têm se demonstrado também fragmentado, amiúde com sobreposição de ações e, conseqüentemente, parcial na implementação de suas propostas de cobertura.

A proteção social não está circunscrita apenas ao âmbito do Estado e apresenta-se originariamente nas relações da família e comunidade. Não obstante, o Estado tem entre as suas responsabilidades fundamentais a de oferecer políticas sociais que garantam a proteção social como direito, devendo fazê-lo em conjunto com a sociedade, promovendo ações que focalizam as pessoas, as famílias e os grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Essa vulnerabilidade pode ser decorrente da insuficiência ou ausência de renda, desemprego, trabalhos informais, doenças etc., dificuldades de acesso aos serviços das diferentes políticas públicas, ruptura ou fragilização dos vínculos de pertencimento aos grupos sociais e familiares, bem como vulnerabilidades próprias dos ciclos de vida.

## No conceito de rede, as relações humanas.

O vocábulo “rede” lembra uma imagem utilizada hoje para qualificar sistemas, estruturas ou modos de organização empresarial ou governamental que se caracterizam por reunir elementos com similaridade de produtos ou serviços que mantêm alguma ligação entre si, mesmo que se localizem em diferentes pontos de um território ou país. Porém, nem tudo o que nomeamos rede o é necessariamente.

Martinho (2003) adverte para um problema:

quando tudo indiscriminadamente torna-se rede, essa vigorosa idéia-força perde brilho e poder explicativo e, o que é pior, deixa de ostentar algumas de suas características mais preciosas: seu poder criador de ordens novas e seu caráter libertador.

A rede da qual tratamos neste caderno é aquela que articula intencionalmente pessoas e grupos humanos, sobretudo como uma estratégia organizativa que ajuda os atores e agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e famílias nas políticas sociais públicas.

Etimologicamente, a palavra rede origina-se do latim *rete*, *retis*, com o sentido de: teia (de aranha); rede, laço; sedução (HOUAISS, 2001). Considerando o caráter polissêmico da palavra rede, faz-se necessário destacar, em alguns autores, sentidos que contribuam para a compreensão desse conceito quando aplicado às redes sociais, comunitárias e como referências de organização.



Na sociologia, para Castells (1998), uma rede é

um conjunto de nós conectados, e cada nó, um ponto onde a curva se intercepta. Por definição, uma rede não tem centro, e ainda que alguns nós possam ser mais importantes que outros todos dependem dos demais na medida em que estão na rede.

Castells aponta a interdependência entre os nós de uma rede, não ignorando as diferenças que podem residir entre os mesmos, ressaltando que ainda assim, não se configuraria uma centralidade nesta.

Francisco Whitaker (1998:01) lembra que a estrutura em rede surge como contraposição à estrutura vertical permitindo a horizontalidade das relações entre os membros:

O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe”, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.

Essa malha, ou teia metafórica da rede, contribui para a compreensão e análise de uma das formas como os indivíduos, grupos e organizações podem estabelecer relações mais cooperativas entre si.

Tanto quando consideramos a rede como representação organizacional, como quando a pensamos do ponto de vista das relações de apoio mútuo, articuladas por meio das relações de parentesco, amizade ou vizinhança, a base da atuação em rede é a construção da confiança entre os participantes.

Construir redes significa apostar em relações humanas articuladas entre pessoas e grupos que, no debate das diferenças, possam ajustar intenções mais coletivas e produtivas para todos.

M. Clotilde Rossetti-Ferreira (2000) introduz uma nova interpretação de rede a partir do conceito de **rede de significações**, possibilitando uma compreensão do conteúdo simbólico das relações como mediador do desenvolvimento humano nas situações interativas. Ela assim define a rede de significações:

Esta rede estrutura um “meio” que, a cada momento e situação, captura e recorta o fluxo de comportamentos das pessoas, tornando-os significativos naquele contexto. [...] Pessoas e redes de significações sofrem mútuas e contínuas transformações, canalizadas por características físicas e sociais do contexto, numa dinâmica segmentação e combinação de fragmentos de formações discursivas e ideológicas, experiências passadas, percepções presentes e expectativas futuras.

Tal interpretação permite perceber a rede como um canal por onde fluem expectativas, culturas, valores, temores e não apenas a comunicação racional de informações e projetos comuns. Os caminhos construídos pelos participantes das redes refletem o entrelaçamento de intenções e resistências, nem sempre capturáveis pelo discurso explícito dos sujeitos. Daí porque o esforço de convergência para o alcance dos objetivos da rede não anula as diferenças de cada participante e sim, por vezes, o explicita.

Como os componentes da rede são diversos em sua natureza, estrutura e capacidade de ação é preciso trabalhar na perspectiva de compatibilizar tempos heterogêneos e buscar consensos parciais para cada momento do processo.



Sendo uma nova cultura para a gestão pública, a rede sugere, sobretudo, uma arquitetura de complementaridade na ação. Os desafios para sua implementação ainda são muitos, pois a atuação em rede supõe a socialização do poder, o respeito às autonomias e a negociação.

Rogério Costa (2005) afirma que as análises mais recentes sobre o tema das redes mostram uma nova percepção sobre o conceito de comunidade numa sociedade mais complexa há um novo tecido de relações interpessoais que mescla o conceito de “comunidade” ao de “rede social”.

Neste sentido, assinala:

Se solidariedade, vizinhança e parentesco eram aspectos predominantes quando se procurava definir uma comunidade, hoje eles são apenas alguns dentre os muitos padrões possíveis das redes sociais. (...) Estamos diante de novas formas de associação, imersos numa complexidade chamada rede social, com muitas dimensões, e que mobiliza o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis. (COSTA, 2005)

No contexto dessa mudança, emerge com destaque o conceito de capital social que poderia ser entendido, segundo o autor, como:

a capacidade de interação dos indivíduos, seu potencial para interagir com os que estão a sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e que podem ser acessados remotamente. Capital social significaria aqui a capacidade de os indivíduos produzirem suas próprias redes, suas comunidades pessoais. (COSTA, 2005)

Pesquisas têm demonstrado que a existência de capital social e, também a presença de associações, organizações, escolas, empresas, igrejas, grupos culturais etc. fazem a diferença para o desenvolvimento humano e social e aumenta a confiança e a sensação de proteção social.<sup>1</sup> Os princípios achados dessas pesquisas mostram que o grau de coesão social, a profundidade das ligações e a natureza das relações com as instituições melhoram a qualidade de vida dos cidadãos.

Além disso, as instituições sociais – escolas, igrejas, clubes, organizações não-governamentais etc. - continuam a cumprir um papel importante na articulação das relações sociais, refletindo diretamente os valores, comportamentos e normas sociais de cada sociedade. Funcionam como referência para as relações sociais, apesar de todas as críticas que vêm sofrendo. (COSTA,2005)

## A dinâmica das redes e a melhoria das práticas institucionais.

As experiências nos processos das diferentes redes sóciocomunitárias têm gerado inúmeros estudos, reflexões e conseqüentemente, diversos aprendizados sobre aspectos a serem considerados quando trabalhamos ou pretendemos atuar nelas:

- **A mobilização contínua das redes** quase sempre exige ancoragem/suporte de uma equipe que se dedique ao trabalho de articulação e animação do processo. Em alguns casos, um financiamento pode ser necessário para a expansão das atividades.

---

<sup>1</sup> Ver, nas referências, PUTNAM (2000) BAIARDI (1997) e ROSSI (s/d) que discutem especialmente as pesquisas de Putnam na Itália.



- **As redes se organizam** em processos horizontais, ou seja, não pressupõem uma hierarquização. Assim, não há chefes ou postos de comando equivalentes nesse tipo de estrutura.
- **A participação** deve ser sempre objetivada e estimulada, uma vez que o critério de pertencimento deve ser a adesão livre de todos os participantes.
- **O que agrega valor** à proposta de uma rede de proteção sociocomunitária é a boa definição de seu foco de atuação. A existência de um objetivo bem definido pode ser decisivo para o sucesso dessa rede. Uma “idéia força” faz grande diferença!
- **A rede pressupõe** a assunção de papéis e responsabilidades que podem se alternar no processo, uma vez que o revezamento nesses papéis adquire um caráter de desenvolvimento permanente de seus participantes, sem haver sobrecarga para os mesmos.
- **Os papéis de facilitadores ou mediadores na rede** são de grande importância, pois se faz necessário a competência em organizar as pautas, a partir das propostas coletivas, moderar as discussões nos encontros e objetivar os diferentes encaminhamentos. O caráter de adesão muitas vezes confere uma informalidade que não pode incorrer na indefinição das responsabilidades e conseqüente esfacelamento da rede.
- **A articulação com todas as redes formais** e especificamente com as redes de proteção sociocomunitárias é fundamental e ocorre em diferentes níveis. Para tanto, atores ou grupos que possuam maior habilidade nessa tarefa devem ser identificados e mobilizados a colaborarem nessas ações. São “os pontos da rede” que assumem continuamente as ações de articulação internas e externas à rede.
- **A realização de encontros presenciais**, propostos por meio da elaboração de uma agenda comum, caracteriza-se como uma estratégia importante, pois permite o reconhecimento de contornos ao processo da rede, principalmente, mas não exclusivamente, nos seus momentos iniciais.
- **Com exceção das redes primárias ou informais**, as redes mais estruturadas como as redes de proteção sociocomunitárias precisam de constante mobilização, uma vez que as vantagens de sua existência e ações não reverterem automaticamente em ganhos diretos aos participantes. Nesse sentido, a despeito de a rede ter um objetivo maior, é importante considerar a possibilidade de propostas de realizações de curto prazo que garantam um conjunto de pequenos sucessos, como estratégia para manter a rede aquecida.
- **A comunicação é um vetor de extrema importância** nos processos grupais de formação de uma rede. A circulação da palavra e o acolhimento e a escuta do outro devem ser assegurados e estimulados;
- **A expressão das idéias, opiniões e propostas** e o exercício de ouvir e compreender o outro, contribuem para uma melhor dialogicidade do processo, permitindo que os diferentes participantes desenvolvam esquemas conceituais, referenciais e operativos comuns na dinâmica dos diferentes encontros.



- **A ocorrência de flutuações na frequência dos participantes** aos encontros programados não é necessariamente um problema. Podemos considerar tal situação como característica no processo das redes, desde que haja um acompanhamento e estratégias de manutenção da adesão, como por exemplo: solicitar que as pessoas comuniquem previamente sua ausência e, se possível, enviar outros representantes, ou ainda, a presença de pelo menos dois participantes por segmento institucional, quando for o caso; independente da presença de representantes.
- **A comunicação das diversas etapas do desenvolvimento**, propostas e ações no processo da rede deve ser assegurada a todos os envolvidos, de modo a contribuir no sentimento de pertença e de pertinência. Sentir-se parte da rede é estar conectado com e no processo.
- **Os registros precisam de uma atenção especial.** Dentre os diferentes papéis a serem assumidos, a tarefa da realização de registros e o rodízio de relatores ao longo do processo é de vital importância, pois assim serão asseguradas a história e a memória dos diversos momentos da rede, sob a riqueza dos diferentes estilos e percepções dos relatores. Os registros são um instrumento de identidade de uma rede.
- **Os registros podem ter mais de uma dimensão.** O uso de diários de bordo - registro de cada encontro - pode constituir a memória documental do processo da rede a médio e a longo prazo e ter a função de reavivar o clima grupal, ao ser lido no início de cada novo encontro, o que permite maior coerência entre os encontros, uma vez que resgata as discussões, propostas e encaminhamentos anteriores.
- **A realização de eventos de mobilização e de comemoração** tem, nos processos de rede, uma incrível capacidade de agregação, manutenção da adesão e de promover maior visibilidade das ações da rede. Os eventos podem ocorrer no início, ao longo do processo e para celebrar e divulgar diferentes resultados alcançados.
- **O trabalho inicial com diferentes atores, grupos ou instituições** demanda um manejo estratégico que busque assegurar:
  - o conhecimento, o reconhecimento e o respeito mútuo de todos os participantes;
  - a freqüente explicitação de que participar de uma rede com um objetivo comum não constitui ameaça à identidade ou especificidade de cada participante; contudo, a participação em processos mais amplos, como a rede permite, ao longo do processo, a revisão de práticas institucionais;
  - o reconhecimento da importância de todos os envolvidos, procurando, sempre que possível, a abertura de um espaço de pauta nos encontros para a apresentação de notícias dos grupos ou instituições participantes;
  - identificar as potencialidades contidas nos diversos participantes, de modo a indicar ou solicitar tarefas específicas àqueles que possuem determinada competência, por exemplo: se uma ação ou tarefa da rede requerer a entrada em uma comunidade “muito fechada”, aqueles que possuem maior habilidade de articulação ou conhecimento do local deverão ser lembrados para colaborar diretamente;
  - que os diferentes papéis na rede não são fixos; assim, o revezamento constitui uma grande oportunidade para o desenvolvimento de novas habilidades e competências.



- **Uma rede de proteção sociocomunitária** deve ter como condição inerente à realização de seus objetivos, uma proposta de desenvolvimento permanente de seus integrantes. Uma maior eficiência e efetividade requerem um aprofundamento maior e domínio sobre o campo em que se pretende atuar. Assim, momentos de discussão precedidos de estudos das contribuições dos diversos atores, bem como, na pesquisa e busca de novos subsídios para enriquecer o debate serão de suma importância.
- **A rede demanda uma reflexão contínua** sobre as suas formas de funcionamento e com as diferentes estratégias empregadas em sua constante mobilização. Queremos dizer com isso que, em suas diferentes etapas, a estrutura deve assegurar relativa flexibilidade para se adequar às novas necessidades, podendo haver modificações sempre que o momento assim o justificar.
- **Uma rede de proteção sociocomunitária precisa estar focada** em seu objetivo e sua(s) temática(s). Uma generalização para muitos temas pode incorrer em uma descaracterização, perda de foco e conseqüente perda de potência da rede. Para tanto, os facilitadores ou animadores da rede podem estar organizados como um intragrupo no contexto da rede, um núcleo animador que zele pelo seu foco e que esteja alerta para os riscos de descaracterização.
- **Um núcleo animador se posiciona** quando um novo tema é proposto na rede e viabiliza estratégias para que possam ser realizadas as devidas apreciações e debates por todos os envolvidos, de modo a avaliar tal incorporação.
- **Uma rede de proteção sociocomunitária tende a se fortalecer** na medida em que sejam estimuladas parcerias internas e externas.
- **As parcerias internas potencializam** as ações dos diversos atores e ampliam o grau de adesão entre os participantes e deles com a rede.
- **As parcerias realizadas junto a outras redes** ou a segmentos estratégicos podem assegurar maior visibilidade e fortalecimento da rede em fóruns mais ampliados.

Trabalhar em redes de proteção social na comunidade requer a apreensão de um novo paradigma, tanto no que tange ao exercício de novas formas de relação, como a um novo modelo de gestão de uma causa coletiva.

Quando a rede contém participantes institucionais (representantes do poder público, ONGs, instituições e fundações empresariais), estes não se descaracterizarão em relação aos seus objetivos institucionais, tampouco abandonarão suas formas de organização.

O exercício e o aprendizado contínuo na participação dessas redes possibilitam um aprimoramento e melhorias significativas para cada grupo ou organização que se insira na rede, no tocante às suas práticas institucionais.

## Referências:

- BIRMAN, Joel (2006) Arquivos do mal-estar e da resistência, Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro.





- BRONFENBRENNER, U. Ecological system theory. *Annals of Child Development*, 6, 187-249, 1989.
- \_\_\_\_\_. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (2008a) Redes de atendimento para a proteção integral de adolescentes em conflito com a lei In: Justiça juvenil sob o marco da proteção integral – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, São Paulo;
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (2008b) Contribuições para a discussão de Redes de Proteção. Documento escrito a pedido. São Paulo
- CASTELLS, Manuel (1998) Hacia el estado red? Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información. Texto apresentado no Seminário “Sociedade e Reforma do Estado”, Brasília.
- DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais e conselhos populares; desafios da institucionalidade democrática. Caxambu, 1990. Mimeo.
- GUARÁ, Isa M. F. R. (coord.) Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente . 2ª. edição. São Paulo: IEE PUC-SP / CBIA, 2000.
- HOUAISS, Antônio (2001) Dicionário eletrônico da língua portuguesa. Instituto Antônio Houaiss, Ed. Objetiva Ltda.
- INOJOSA, Rose M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. Cadernos FUNDAP n. 22, 2001, p. 102-110. FUNDAP SP
- MARTINHO, Cássio et alli ( coordenação ). Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. WWF . 2003
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde, AMORIM, Katia S. and SILVA, Ana Paula S. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2000, vol. 13, no. 2, pp. 281-293. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722000000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de Maio de 2008
- \_\_\_\_\_.(s/d) Entrevista para a Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento. Disponível no site: <http://www.vademecum.com.br/sbpd/ferreira.htm>. Acesso em 10 Maio de 2008
- SANICOLA, Lia. L'approccio di rete alla salute comunitaria Una prospettiva di rete per le politiche sociali-Parte Prima. in *Approche Communautaire de la santé et inégalités sociales, Actes du Colloque*, Bruxelles, 2001
- TORO, A. José Bernardo & Werneck, Nízia. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. 1996. Disponível na Internet: [http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13\\_Biblioteca/Publica%E7%F5es/mobilizacao\\_social.pdf](http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publica%E7%F5es/mobilizacao_social.pdf). Acesso em 10 março de 2008.
- WITHAKER, Francisco (1998) Redes: Uma estrutura Alternativa de Organização. Disponível online: [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_estrutalternativa.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm)

